

Conferência da Saúde revela morte de 100 mil pessoas por violência

Tina Coêlho

ELIANE TRINDADE

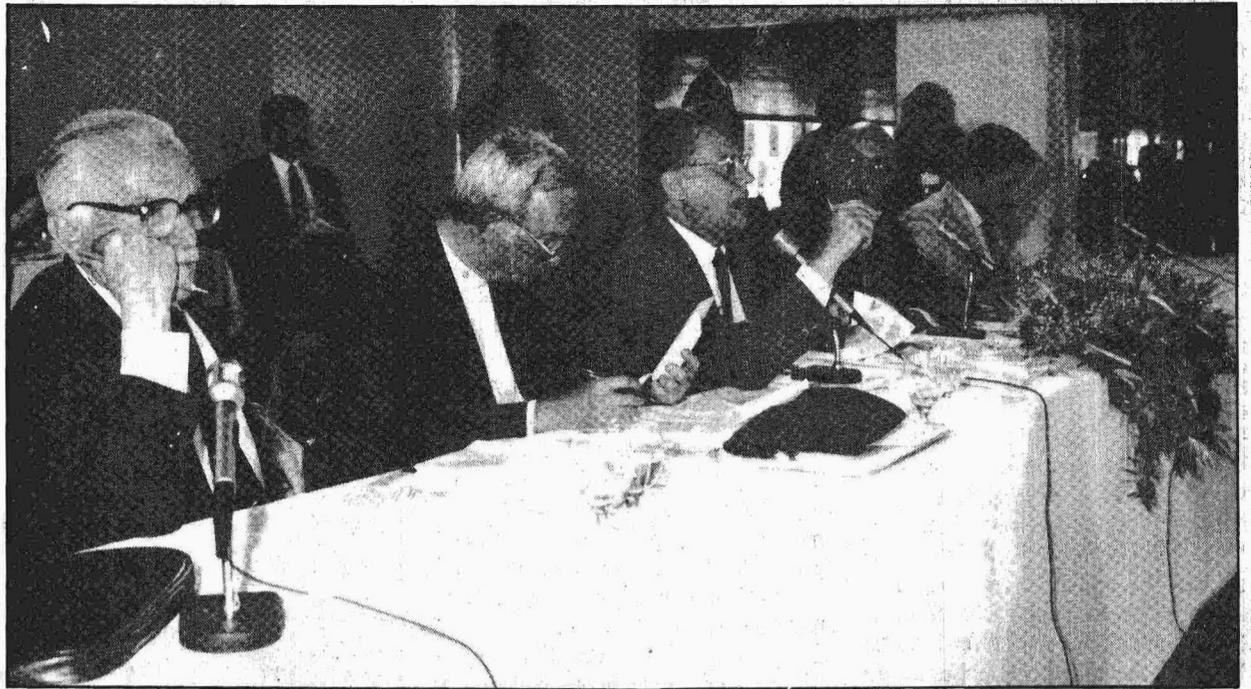
As causas externas, associadas à violência, resultam na morte de 100 mil pessoas a cada ano no Brasil. A violência é a primeira causa de morte em todas as capitais brasileiras desde 1977, levando-se em conta a faixa etária entre cinco e 35 anos, exceto Brasília, onde se estende para o grupo que vai de um a 40 anos. Este quadro foi apresentado ontem na 9ª Conferência Nacional de Saúde, durante painel que discutiu "Violência e Saúde", do qual tomaram parte a prefeita de São Paulo, Luíza Erundina, o bispo de Duque de Caxias (RJ), dom Mauro Morelli, a professora da Universidade de São Paulo, Maria Helena Ribeiro Jorge e a professora-adjunta da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, Cecília Minayo.

Os dados estatísticos foram apresentados pela professora Maria Helena Jorge, que destacou o alto custo social das "elevadas e crescentes taxas de mortes violentas no País, que têm vitimado principalmente pessoal em idade produtiva". Enfatizando que a violência foge à esfera da saúde, "mas que é sobre o setor que recai o ônus desse quadro", a professora da USP ressaltou a necessidade de aparelhamento dos serviços públicos para atender à demanda de pacientes. Maria Helena Jorge diz que a situação em São Paulo é alarmante, exemplificando com o crescimento da taxa de homicídio entre as causas externas de morte, que passou de 40% na década de 80, para 50% nos anos 90.

A prefeita de São Paulo falou da experiência de "administrar a tragédia da saúde e da violência numa cidade de 10 milhões de habitantes". Luíza Erundina cobrou a municipalização da saúde, salientando que o setor precisa de um plano global integrado, mas descentralizado e com participação popular. A prefeita traçou um quadro dramático da violência na grande São Paulo, lembrando das 674 crianças que foram mortas violentamente no ano passado nas ruas da cidade que "é considerada a mais rica do País, mas em contrapartida detém também a maior dívida social por ter a maior concentração de renda".

Como testemunha das condições de violência do Rio de Janeiro e das péssimas condições dos serviços de saúde do Estado, o bispo de Duque de Caxias, dom Mauro Morelli, entende que saúde é uma questão de cidadania e democracia. "A solução só virá pelo caminho político", diz o bispo, acrescentando que a Baixada Fluminense é um retrato em preto e branco do Brasil. Dom Mauro Morelli falou sobre as distorções provocadas por uma rede privada de saúde expressiva.

A professora da Fiocruz, Cecília Minayo, deu ênfase à morte por desnutrição e ao extermínio de menores, qualificados por ela como "a primeira seleção social no Brasil".



Fernando Henrique (ao centro) explicou aos médicos como se processa o pedido de impeachment

Jatene quer recursos garantidos

O ministro da Saúde, Adib Jatene, alertou ontem para a necessidade de base financeira sólida que garanta a saúde no País. Durante a 9ª Conferência Nacional de Saúde, Jatene voltou a criticar empresários que não recolhem o Finsocial, mas apostou na vitória do Governo quando o Supremo Tribunal Federal (STF) avaliar a constitucionalidade da contribuição. Para os parlamentares presentes ao debate sobre os efeitos dos ajustes econômicos na área de saúde, as deficiências do setor são resultado da atual política econômica. "A recessão gera o desemprego e a queda na arrecadação", afirmou o presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva.

Cerca de três mil delegados e credenciados, representando vários segmentos da área de saúde, estão reunidos esta semana em Brasília para discutirem os caminhos para municipalização do setor. A falta de recursos tem sido tema central. No debate de ontem estava prevista a presença do ministro da Econo-

mia, Márcio Marques Moreira, mas ele não compareceu nem mandou representante. Adib Jatene afirmou que o Governo tem feito "sacrifícios" em outras áreas para garantir a saúde, mas lembrou que o Finsocial é responsável por mais de 40% do custeio do setor. "Se perdermos o Finsocial, precisaremos criar outra fonte".

O presidente do PT condenou a falta de uma justa distribuição de renda no País. "A política adotada, que paga para 80% da população menos de cinco salários mínimos, leva a um povo que come mal, mora mal e não tem saneamento, facilitando o aumento de doenças", disse Lula. "Mas o empresário diz que não vai arrecadar o Finsocial, e fica por isso mesmo. Fala-se em doenças, mas o povo está morrendo de fome", criticou.

O senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) disse que a sonegação é maior do que a corrupção. "O cálculo, mínimo, é que a evasão fiscal seja de 40%", disse.

Políticos "roubam" a cena no encontro

O apelo político dominou a 9ª Conferência Nacional de Saúde, que reúne esta semana representantes do setor em Brasília. Ausente o ministro da Economia, Márcio Marques Moreira, os partidários da esquerda roubaram ontem a cena no debate sobre os efeitos da política econômica no setor de saúde. O presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva, foi ovacionado e distribuiu autógrafos. No domingo, Márcio não foi ao almoço de aniversário do presidente Fernando Collor: apresentou um pedido de desculpas, alegando que precisava de tempo para se preparar para essa Conferência de Saúde, aberta antontem à noite.

O segundo dia da conferência foi praticamente marcado pelos debates em torno da CPI que investiga PC Farias. A pedidos, o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) explicou como se instaura um processo de impeachment contra o presidente da República. Entre os cerca de três mil presentes, um coro repetia "Fora Collor". "É um auditório difícil", admitiu o ministro da Saúde,

Entre os delegados da Conferência, estão representantes de partidos políticos, associações e sindicatos da área, associações de moradores, hospitais privados, e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Jatene viu-se diante de uma platéia que não hesitou em cantar o jingle da campanha presidencial de Lula. "Olê, Olê, Olê, Olê, Lula, Lula...", e pedia: "Brasil, urgente, Lula presidente". Lula falou da política econômica que, para ele, induz a desigualdade social, de corrupção e da necessidade de moralização. "Ninguém dá voto para ninguém fazer maracutaia", disse, pedindo que fosse descoberta "uma vacina contra corrupção".

Também em discurso inflamado, Fernando Henrique Cardoso falou de "uma quadrilha roubando o Brasil e descoberta com a queda de sigilo bancário".

Portaria proíbe exame anti-Aids

Os ministros da Saúde, Adib Jatene, e do Trabalho e Administração, João Mellão Neto, assinaram ontem portaria conjunta proibindo as instituições públicas de exigirem teste anti-Aids tanto na contratação de funcionários quanto nos exames periódicos de saúde. A portaria levou em conta a Lei 8.112/90 que exige somente a apresentação de um atestado de aptidão física e mental para a posse em cargo público e que a sorologia positiva para o vírus HIV não diminui a capacidade de seu portador para o trabalho.

Além disso, os ministros Adib Jatene e João Mellão consideram também que os convívios social e profissional com portadores do vírus não configuram situação de risco para as demais pessoas e que a solidariedade e o combate à discriminação são a fórmula de que a sociedade dispõe para minimizar o sofrimento dos portadores do HIV e das pessoas com Aids.

A portaria interministerial foi elaborada depois que duas instituições públicas exigiram o teste HIV de pessoas concursadas. Uma delas foi a Receita Federal, que colocou o teste HIV na lista de exames exigidos para a contratação naquele órgão. Outra instituição pública que tomou a mesma iniciativa foi o Tribunal Regional Federal, que exigiu o mesmo teste para os que desejam trabalhar naquele local.